



Quinta-feira, 02 de setembro de 2021 às 08:54, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3260617: LEI MUNICIPAL 2.209/2021 -
REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE
TURISMO - COMTUR, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE
TURISMO ? FUMTUR**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Grão Pará

MUNICÍPIO

Grão Pará



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3260617>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI MUNICIPAL Nº 2.209/2021

(De 1º de Setembro de 2021)

**“REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL
DE TURISMO - COMTUR, CRIA O FUNDO
MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º. Fica reestruturado o Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei Municipal 1.102/2001, de 22 de novembro de 2001 e alterado pela Lei Municipal 2.112/2018, de 03 de julho de 2018, conforme normas definidas nesta Lei.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, possui como objetivo implementar a política municipal de turismo, em conjunto com a Secretaria Municipal do Esporte e Turismo, ou equivalente, como órgão consultivo e de assessoramento, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do artigo 180 da Constituição Federal.

Art. 3º. A Conselho Municipal de Turismo compete:

- I.** formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;
- II.** propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

- III. opinar sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV. apoiar o desenvolvimento de programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, através da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo ou equivalente;
- V. estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação do turismo;
- VI. estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VII. programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Esporte e Turismo ou equivalente, debates sobre temas de interesse turístico;
- VIII. apoiar, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Esporte e Turismo ou equivalente, cadastro de informações turísticas de interesse do Município;
- IX. promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
- X. apoiar, em nome do Município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento turístico;
- XI. propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse turístico;
- XII. propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;
- XIII. examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentada referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- XIV. opinar sobre o uso de recursos, fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUMTUR;
- XV. opinar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros, consignados no orçamento programa da secretaria Municipal de Esporte e Turismo ou equivalente;
- XVI. elaborar o seu Regimento Interno.



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 4º. O COMTUR será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades públicas e da sociedade civil:

- I.** um representante da AGRADES - Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social;
- II.** um representante do Lions Clube de Grão-Pará;
- III.** um representante da Câmara Municipal de Grão-Pará;
- IV.** um representante dos comerciantes do Município;
- V.** um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará;
- VI.** um representante das Associações de Pais e Professores - APPs do Município;
- VII.** um representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA;
- VIII.** um representante do CPC da Paróquia São João Batista de Grão-Pará;
- IX.** um representante da Polícia Militar;
- X.** um representante da EPAGRI;
- XI.** o Vice-Prefeito Municipal;
- XII.** o Secretário Municipal de Esporte e Turismo;
- XIII.** o Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- XIV.** o Secretário Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano;
- XV.** o Secretário Municipal da Educação e Cultura.
- XVI.** um representante da Associação de Produtores Rurais.
- XVII.** Um representante do ramo de hotelaria e hospedagem

§ 1º. A cada um dos membros nominados neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representado.

§ 2º. Cada representante efetivo terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

§ 3º. O representante e seu respectivo suplente, serão indicados por cada órgão ou entidade, apresentada ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º. Os representantes do Poder Executivo terão mandatos coincidentes com o mandato do Governo Municipal.

§ 5º. Os integrantes do COMTUR serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo através de portaria.

Art. 5º. O COMTUR fica assim organizado:

I – Plenário;

II – Diretoria;

III – Comissões.

§ 1º. A Diretoria do COMTUR será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Turismo não poderá ser o Gestor do Fundo Municipal de Turismo.

§ 3º. O Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos entre os seus Conselheiros na última reunião ordinária de cada exercício, para mandato de um ano, podendo ser reconduzidos.

§ 4º. O detalhamento da organização do COMTUR será objeto do respectivo Regimento Interno, elaborado pelos seus conselheiros e aprovado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 6º. O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, tem natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Turismo.



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

§ 1º. O orçamento do FUMTUR integrará o orçamento do município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º. O orçamento do FUMTUR observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Fica autorizada a abertura junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, em nome do Fundo Municipal de Turismo.

Art. 7º. Poderá ao FUMTUR captar e repassar os recursos para a implementação do Plano Municipal do Turismo.

Art. 8º. Constituirão receitas do FUMTUR:

- I** - Transferências orçamentárias da União, Estado e Município;
- II** - As resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- III** - Os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- IV** - As advindas de acordos ou convênios;
- V** - Valores oriundos da pena restritiva de direitos “prestação pecuniária” (art. 43, inciso I, do Código Penal), da transação penal (art. 76 da Lei n. 9.099/1995) e da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/1995).
- VI** - Outras rendas eventuais.

Parágrafo único. As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em contas especiais a serem abertas e mantidas em agências de estabelecimentos oficiais de crédito, denominado Fundo Municipal de Turismo.

Art. 9º. O Prefeito Municipal será o Gestor do FUMTUR, devendo proceder a movimentação financeira em conjunto com o Secretário Municipal de Fazenda.

Parágrafo Único: Poderá o Prefeito Municipal delegar a gestão do FUMTUR a um terceiro, de sua confiança.



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 10. Caberá ao gestor designado a delegar, e sob orientação e controle do Conselho Municipal de Turismo:

- I** - Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Turismo;
- II** - Submeter ao Conselho Municipal de Turismo, demonstrativo contábil da Movimentação financeira do Fundo;
- III** - Executar outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 11. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR serão destinados, após ouvido o Conselho Municipal de Turismo, por deliberação de seu Gestor, e serão aplicados no (a):

- I.** desenvolvimento e implantação de planos, programas e projetos de interesses turísticos no Município de Grão-Pará;
- II.** aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas turísticos;
- III.** promoção, organização, apoio, realização de eventos turísticos, em nível local, regional, nacional e internacional, que visem o desenvolvimento turístico do município;
- IV.** divulgação das potencialidades turísticas do Município, através dos meios de comunicação na mídia local, regional, nacional e internacional, inclusive redes sociais;
- V.** financiar programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos serviços turísticos;
- VI.** Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público e privado, para a execução de programas e projetos específicos do setor de turismo;
- VII.** Aplicação de recursos em projetos turísticos e de eventos de iniciativa do Conselho Municipal de Turismo – CMT e Secretaria Municipal da Educação e Cultura, que desenvolvam a atividade turística, no Município de Grão-Pará.



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

VIII. o desenvolvimento de estudos e pesquisas de interesse turístico;

IX. o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações integrantes da Política Municipal de Turismo;

X. nas atividades de controle, fiscalização e defesa do ecoturismo, exercidas pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único: Ficam autorizados os pagamentos de despesas com pessoal e encargos patronais dos servidores alocados exclusivamente no Departamento de Turismo do Município, bem como no Fundo Municipal de Turismo.

Art. 11. No caso de extinção do Fundo Municipal do Turismo, seu patrimônio será incorporado ao Município de Grão-Pará, através da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo ou equivalente, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A presente Lei poderá ser regulamentada através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 1.102/2001, de 22 de novembro de 2001 e 2.112/2018, de 03 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 1º de Setembro de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Grão Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal da Administração e Fazenda